ETNOGRAFIA DO SERTÃO *COUNTRY*

ANA LUISA FAYET SALLAS
Universidade Federal do Paraná

VIDAL E SOUZA, Candice. 1997. *A Pátria Geográfica: Sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás. 171 pp.

Na leitura do trabalho de Candice Vidal e Souza é possível encontrar o tratamento da idéia de nação brasileira de modo renovado. Nele o foco da análise estruturou-se sobre a construção imaginária dos espaços nacionais designados por sertão e litoral, através do discurso nativo de autores reconhecidos por seu saber na análise das questões nacionais.

A meu ver, o simples fato de a autora sistematizar e analisar uma vasta produção do pensamento social brasileiro centrada nessa temática, como é o caso da construção imaginária do espaço, vem estabelecer uma nova abordagem para velhos temas como o da natureza e do homem no Brasil. Em seu livro há a busca das falas e escritos nativos cujo significado apontem para "a representação intelectual da construção do Brasil enquanto espaço e sociedade" (: 21).

O sertão surge como um lugar de convergência de inúmeras representações, num processo de metamorfose de uma paisagem natural para uma paisagem cultural. Destaca-se aqui o sentido no qual emerge a paisagem como uma imagem cultural, um meio pictórico de representar, estruturar ou simbolizar o mundo. A paisagem pode ser representada através de vários tipos de materiais, pela escrita ou pintura, fazendo com que o significado verbal, visual ou construído possua uma história de trocas complexas entre esses elementos (Cosgrove 1992: 1). O sentido original da paisagem como representação de uma "região"

também é por excelência o lugar de expressão de uma especificidade nacional e o discurso que a acompanha tem esta marca. É justamente ao destacar a especificidade nacional da construção de lugares como sertão e litoral que se revela o aspecto inovador deste trabalho.

Em termos metodológicos, o livro apresenta em seu conjunto algumas contribuições que julgo importantes no tratamento dado à história das idéias. Dela dois aspectos merecem ser destacados. O primeiro diz respeito à utilização da noção de sociografia de Almir Andrade, de 1941, no sentido de recuperar a história da formação da Sociologia Brasileira. Assim, a autora toma da noção de sociografia a produção de textos de autores brasileiros que descrevem uma realidade da qual eles próprios fazem parte. Suas observações têm o objetivo preciso de serem úteis aos seus contemporâneos e às gerações futuras. Expressando-se como uma fala nativa, a produção intelectual desses observadores da realidade nacional coloca-os na função de "cidadão responsável por nomear, diagnosticar e propor o real nacional" (: 23), elaborando um parecer positivo sobre os futuros rumos da nação. Por outro lado, a autora declara seu afastamento da contribuição de quem se refere ao recorte entre ciência e não/ciência para o tratamento metodológico do pensamento social brasileiro. Aqui reside o segundo aspecto que valoriza grandemente o trabalho da autora na utilização dos textos sociográficos. Observa ela que:

> Desde de início, estabeleceu-se que a representação da brasilidade é um ato ficcional, o que é bastante diferente de tomar as suas proposições como declarações fictícias, com falseamentos sem poder de avaliação da "realidade". Como antes dito, é inócuo rejeitar uma proposição de nacionalidade em nome de uma representação mais autêntica e isenta de envolvimento patriótico. [...] Aplicar-lhes a classificação de não-ciência de antemão é valorar negativamente o conteúdo da obra ou, pelo menos direcionar um pré-conceito e uma predisposição a desconfiar e suspeitar de suas declarações (: 29).

A idéia de cultura como ficção já fora também expressa por Geertz (1978) que, longe de colocá-la como algo falseado, remete ao sentido de sua construção e de seu caráter público. Com esse cuidado, a autora pode partir para a utilização das representações como as imagens e valores que se referem a sertão e litoral no deserto de um retrato do Brasil. Ao estabelecer a existência de um lugar chamado sertão e outro litoral, presentes na sociografia brasileira, a autora enfatiza a existência de

uma teia de representações através dessas categorias para orientar o olhar sobre a nação. Com isso, o olhar para o Brasil passa a ser treinado pelos sociógrafos, mostrando o que deve ser olhado e o modo de se fixar na narrativa aquilo que se observa. Esse processo de revelação dos temas prefigurados que treinam o olhar é considerado como condição fundante da ficção da nacionalidade. "O Brasil é coisa que se imagina com a ajuda da figura de sertão-litoral" (: 27).

O propósito expresso pela autora está organizado em seu livro através da decomposição do imaginário em três etapas que sintetizariam a descrição-avaliação e projeção do Brasil e seu patrimônio sócio-geográfico. Assim, no primeiro capítulo, a autora tratou do nascimento do Brasil, a partir de um movimento de conquista do interior como formador de um lugar denominado sertão. Esse momento aparece como fundante da gênese da brasilidade num mesmo momento de distinção entre duas regiões: sertão e litoral. Tratando dos elementos formativos dessa distinção, a autora enfoca aquelas narrativas que contam sobre as gentes e o viver do sertão, destacando os grandes vazios e as distâncias que separam os sertanejos dos outros brasileiros.

Do conjunto de discursos produzidos com relação aos processos constitutivos da nacionalidade, a autora privilegiará aquelas narrativas que apresentarem a história da ocupação espacial do Brasil como história da formação nacional. Tema recorrente, o espaço brasileiro expressa o imaginário geográfico dos autores com relação à identidade brasileira. Nesse sentido, o trabalho da autora aproxima-se do de Simon Shama que apresentou uma forma renovada de se olhar o espaço e a sua construção como paisagem. Esse autor assinalou que a paisagem é, antes de tudo, cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha. No entanto, reconhece que, quando uma determinada idéia da paisagem — um mito, uma visão — se forma num lugar concreto, ela mistura categorias, torna as metáforas mais reais que seus referentes, torna-se, de fato, parte do cenário (Schama 1997: 70).

O cenário desenhado pelos autores destaca uma cartografia que revela a percepção da descontinuidade do espaço e a convicção de que a nação se apresenta em desequilíbrio. "O escritor que demarca com segurança os contornos externos do mapa brasileiro, conhecendo sem hesitações seus limites com águas oceânicas e com terras dos vizinhos hispânicos, preocupa-se em definir suas formas internas. [A questão-desafio] é, então, definir o que há *dentro* do mapa (: 36).

Mas, conforme destaca a autora, para além de simples pinturas descompro-metidas da paisagem, os autores brasileiros propõem discursos prescritivos dizendo o que deve haver dentro do grande mapa. Suas descrições fazem parte da estratégia de seus discursos em direção à avaliação dos destinos da nação. O que se destaca nesses relatos é o surgimento de duas categorias distintas para pensar o Brasil: o sertão e o litoral. O escritor-sociógrafo parte do mundo conhecido e familiar do litoral rumo ao vazio e desconhecido sertão. Duplo desafio: conhecer o Brasil do interior para conhecer o Brasil completo. Assim, voltam-se os olhares dos escritores nacionais para o sertão. Aqui, a autora exercita o mesmo sentido na construção de sua análise aquele expresso por Euclides da Cunha numa de suas crônicas de *À Margem da Geografia*: "A nossa engenharia não tem destino mais nobre e mais útil que esta conquista racional da nossa terra. Cumpre-lhe preenchê-lo, reatando de algum modo o primitivo rumo da nossa diretriz histórica, tão bem definido no passado, a despeito do tumultuar revolto das *bandeiras*. Olhemos para os sertões" (Cunha 1995: 553).

Na mesma direção, a autora busca demonstrar como o evento histórico das bandeiras marca o ponto zero da história da construção da nação. O seu propósito ao investigar tal evento é apontar a centralidade do bandeirismo no processo simbólico de construção da nação brasileira. Alerta a autora que seu propósito não é mostrar as incorreções históricas elaboradas pelos sociógrafos sobre tal episódio de nossa história cultural, mas, sobretudo, destacá-los em sua verdade etnográfica.

> Subordinada ao projeto discursivo de explicação do Brasil, a bandeira como objeto historiográfico tem retirada sua contextualidade e especificidade. Retirando a temporalidade, eleva-se a bandeira a símbolo. [...] tematiza-se o bandeirismo como movimento trans-histórico de constituição da nacionalidade. Dupla concepção do papel das bandeiras repetida em variações tênues da idéia de que "brasilidade é movimento" (: 43).

Buscando os liames de aproximação nessa temática, a autora evoca nomes como Sérgio Buarque de Holanda, Cassiano Ricardo, Victor Vianna, Fernando de Azevedo, Raimundo Faoro, Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, Nelson Werneck Sodré, Nestor Duarte e Martins de Almeida. As interpretações desses autores colocam a questão da formação de um lugar chamado sertão como espaço distinto do litoral. A existência do sertão será marcada em um processo de conquista, mas não de ocupação. Será também um espaço articulado a dois

referentes centrais: o sertão como morada de uma gente particular, a sociedade sertaneja e o sertão como deserto, extensão geográfica não-ocupada (: 51).

Cada um dos escritores-sociógrafos apresentados pela autora tem o interesse constante de construir uma idéia de Brasil que passa, necessariamente, por uma região do território denominada sertão. Por outro lado, lembra a autora, essas narrativas não expressam, em seu conjunto, um esforço de compreensão do sertão pela pesquisa *in loco*, do olhar ativado no sertão. A sociedade sertaneja é tão somente um referente sobre o qual se fala para dizer do Brasil, sem existir nas narrativas como um campo de investigação autônomo (: 57).

É importante destacar que, do conjunto das narrativas dos sociógrafos, a assertiva de Nestor Duarte, compartilhada por Raimundo Faoro, sobre o papel político do sertão na construção da vida econômica nacional, ganha relevo pelo fato de se identificar na civilização do sertão uma sociedade própria e um contexto particular de relações com o poder público no meio sertanejo. As particularidades do meio sertanejo são desveladas pelo modelo analítico fundado na dicotomia público/privado. As distâncias, o isolamento do sertão propiciaram o surgimento de um poder privado, considerado pelos autores como uma forma de resistência da sociedade sertaneja a se subordinar ao estado nacional. Essa resistência do sertão em se integrar ao estado nacional é vista como um desafio a ser vencido pela ocupação daqueles espaços, pondo-se em marcha o Brasil para conquistá-los.

O segundo capítulo centra a análise nos discursos e falas que passam a situar no sertão os problemas nacionais. O sertão emerge nessas narrativas como um espaço a ser conquistado e dominado para romper com "a nacionalidade cindida". Torna-se imperativo civilizar o sertão para neutralizar as suas características indesejáveis e, ao mesmo tempo, dele trazer aqueles atributos enaltecidos como autenticamente nacionais, difundindo-se, com isso, o cerne da brasilidade. Nesse momento, enfatizam-se as narrativas construídas com o intuito de unificação da nacionalidade pela eliminação dos desequilíbrios entre o sertão e o litoral.

Aqui aparece o relato de Euclides da Cunha com seu olhar fundante sobre os sertões. A narrativa deste autor surge como paradigmática das formas de se pensar o sertão. Merece destaque na contribuição desse autor o fato de construir a sua narrativa a partir da experiência de viagem a Canudos. O seu olhar é, nesse

sentido, diferenciado de outros escritores-sociógrafos apresentados pela autora. Nele, o sertão é descrito pelo olhar ativado no sertão, frente à sua natureza e às suas gentes como um tipo racial diferenciado do restante da nacionalidade. Conforme observa atentamente a autora: "Rumar para o interior trouxe o estranhamento com partes desconhecidas do país. Espantado com a radicalidade da diferença entre o ambiente e a sociedade que conhecia e aquele meio com que se deparava, Euclides põe em questão a existência de um Brasil único" (: 91).

O olhar de Euclides da Cunha põe em relevo a existência do lugar chamado sertão em descompasso histórico com o restante da nação. Nas palavras desse autor, "separam-nos três séculos". Mais que uma distância no espaço, o sertão é o lugar de um tempo passado, vagaroso, mas que conteria "o cerne vigoroso da nacionalidade". Nesse aspecto qualificativo do lugar sertão na narrativa de Euclides da Cunha reside, a meu ver, uma continuidade com relação ao tratamento das diferenças existentes no Brasil. Vale lembrar que Humboldt, quando realizou sua viagem ao continente americano, conduziu-a no sentido de buscar, através da entrada no interior da América, o seu habitante mais primitivo e original. Nessa linha, também encontramos Martius, que orientou sua viagem pelo interior do Brasil pela busca das tribos indígenas mais primitivas. Tanto num relato como no outro, a história foi construída através do deslocamento da viagem no espaço interior. O espaço interior do país propicia ao viajante o encontro com esse tempo anterior, primitivo em sua essência e isolado das influências nefastas da civilização. A riqueza dessa temática poderia ter sido mais explorada pela autora, embora esse não fosse o seu propósito e nem esses escritores poderiam ser enquadrados na figura de sociógrafos. Apesar de tudo isso, penso que nessa temática se encontra, justamente, uma certa permanência no modo de se pensar e tratar o lugar chamado sertão. Essa permanência está presente também na obra de Roger Bastide que observa que, no Brasil, a geografia não se separa da história: das grandes cidades no litoral com seus prédios e luminosos, às casas ajardinadas das pequenas cidades com suas praças e coretos onde namorados ainda passeiam de mãos dadas, atravessando vilarejos com suas casinhas brancas e janelas azuis: "é assim que remontamos, através de todas estas épocas históricas milagrosamente conservada, até chegar à civilização mais primitiva, ao neolítico dos indígenas do Mato Grosso e de Goiás" (Bastide 1964: 10).

No relato de Euclides da Cunha, a única maneira de superar as diferenças existentes no sertão seria através da civilização. Conforme a autora muito bem destacou, o modo como Euclides da Cunha tratou os sertanejos — "compatriotas retardatários" — tornava viável a inserção destes nos trilhos do progresso civilizatório, pois eles não eram vistos como um povo degenerado, mas sim, retardatário. Essa ênfase assinalada pela autora, é fundamental, pois tratava-se de recolocar um tema importante com relação ao estatuto das gentes do sertão e da dupla positividade a elas associada: a expressão mais pura da nacionalidade e o fato de serem assimiláveis.

Mas, a autora não se detém apenas em Euclides da Cunha. Traz para a análise de um projeto de nação unificada as falas de outros escritores-sociógrafos como Elísio de Carvalho e Alberto Rangel, que apontam para a necessidade de movimento do litoral em direção ao sertão: "Civilização do sertão e nacionalidade da marinha vão ter, como resultante, uma civilização propriamente brasileira, autenticada no contato depurador com a "realidade nacional" Buscar a alma da terra escondida pelas grandes distâncias e pelo deserto é a missão da coletividade" (: 107).

Seguindo essa temática, a autora trata da Marcha para o Oeste sob o Estado Novo, mostrando como o projeto de integração nacional passa, na fala dos intelectuais, a ser confudida com a própria ideologia do estado. Embora as obras desses intelectuais tenham sido postas em suspeição pelo fato de estarem em sintonia com a ideologia do Estado Novo, a autora destaca o seu sentido de positividade, dado o interesse dos escritores-sociógrafos em pensar e interpretar a nacionalidade brasileira, a terra e o povo. Aqui, mais uma vez, percebe-se a generosidade e o rigor intelectual da autora, que não descarta escritores pelo fato de eles terem participação intelectual num projeto daquela natureza, como foi o engendrado pelo Estado Novo. O projeto de transformação nacional já esboçado pelos intelectuais encontrava no Estado Novo um interlocutor atento e uma receptividade às idéias de que o Brasil mudaria pela modificação de seu espaço social e físico no âmbito do governo, seguindo aqueles roteiros preexistentes para a nação (: 111).

Nesse processo, a autora destaca a contribuição de Mário Travassos e Martins de Almeida que enfatizam a importância do estado e do poder público na superação da participação do Brasil em sertão e litoral. Unidade política e econômica são os objetivos. O significado do projeto de integração do sertão passaria, necessariamente, pela direção do Estado como responsável pela cons-

trução da nação, centralizando as medidas de intervenção. A investida sobre o Oeste, o civilizar o sertão, assumiu, sob o Estado Novo, a face de um projeto nominado e qualificado: Marcha para o Oeste, aproveitar as riquezas, encurtar as distâncias, devassar o sertão, conhecê-lo em suas minúcias e fixar o homem a uma economia sedentária. Essas foram as metas colocadas para civilizar o sertão: domesticar a natureza, disciplinar o homem sertanejo. Mas, esse sertão jamais poderia ser de todo conquistado, pois, como destaca a autora, "O sertão, por ser o objeto e a razão do mito nacional, será preservado em algum lugar do imaginário e da vivência concreta dos brasileiros. Ele não pode acabar porque levaria consigo o que há de vigor nesse povo (: 126).

Os sertões são infinitos, expressara Alberto Rangel, amigo de Euclides da Cunha. Os sertões estão em toda parte, asseverava Riobaldo:

> O senhor tolere, isto é sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas [...] Os gerais correm em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões [...] O sertão está em toda parte (Guimarães Rosa 1976: 9).

A licença poética aqui se explica e eu me explico. Da leitura de cada um dos escritores-sociógrafos que descreveram, analisaram, diagnosticaram a vida no sertão, senti falta daquele que, ao lado de Euclides da Cunha, soube lançar imagens fundantes e duradouras sobre esse lugar chamado sertão: evoco Guimarães Rosa e me indago sobre sua lamentável ausência.

Prosseguindo no livro de Candice Vidal e Souza, finalmente, a autora enfatiza o imaginário da construção da idéia de Brasil com fronteira em movimento. O sertão reaparece nos discursos como lugar de renovação econômica e social do país, considerado espaço deserto e vazio, pronto para ser plenamente ocupado por pioneiros brasileiros. Nesse processo, é traçado um quadro comparativo entre as categorias utilizadas pelos escritores brasileiros em paralelo com o ocorrido na ocupação das fronteiras norte-americanas. Esse quadro adquire significado para os escritores-sociógrafos à medida que passa pelo lugar chamado sertão. Assim, a fronteira configura-se como um símbolo que retira a sua energia de significados através da passagem pelo sertão imaginado como um espaço vazio e deserto em que "Marchar para o Oeste, orientação fundante e

revitalizante do nacional, surge com o nome de fronteira móvel. [...] No entanto, é explícito o aviso de que a fronteira não é o movimento, mas sim o pouso, o estabelecimento de pontos de fixidez, a solidificação mínima de núcleos de vida sedentária diante da errância toda que faz o sertão" (: 134).

A autora observa que os escritores pensam a fronteira como formadora da nacionalidade ao ocorrer no sertão. Associada a esse processo há uma dimensão heróica pelo poder de despertar os sentimentos de independência e patriotismo nacional. O lugar sertão como espaço vazio, como cerne da nação, evocaria o sentido dessa fronteira mítica, no centro, no coração do país (: 137).

Apresentando escritores americanos como J. F. Normando, a autora observa que ele trata da formação econômica do Brasil, argumentando que aqui existia um descompasso entre o mapa político e o mapa econômico. O sertão seria, justamente, o lugar a ser incorporado à nação. Para esse autor, o sertão era concebido como um cenário invisível, enigmático do Brasil, lugar ainda não tocado pela fronteira. Já Roy Nass procurou traçar uma analogia perfeita entre a ocupação do Oeste no Brasil e Estados Unidos. Os escritores-sociógrafos nativos, como Fernando de Azevedo e Vianna Moog, inspiram-se nas análises produzidas pelos americanos para pensar o sertão e a marcha da fronteira. Todo seu esforço dá-se na direção de se pensar a nação unificada através do movimento constante em direção ao sertão, para chegar à feliz expressão da autora de *Pátria Geográfica.*

Concluindo seu trabalho, Candice Vidal e Souza presenteia-nos com as expressões encontradas na obra revelada de Plínio Salgado, *Geografia Sentimental.* Primeiro, destaca-se a imagem do Brasil como espaço a ser percorrido, o que, nas palavras desse autor, significava que a pátria, nos outros países, é uma coisa feita de *tempo*; aqui é toda espaço (: 158). Esse vasto espaço denominado sertão é o lugar ao qual os brasileiros se lançaram a navegar, pois nas narrativas da nacionalidade, o imaginário do sertão como espaço vazio vem apaziguar o expansionismo da nação e direcionar a ele as ações da civilização, enfatizando o sentido de virilidade do povo.

Finalmente, gostaria de comentar o seguinte: o fato de a autora tratar de figuras conhecidas como Sérgio Buarque de Holanda, Cassiano Ricardo, Fernando de Azevedo, Euclides da Cunha, e outros nem tanto, como Victor Vianna, Nestor Duarte e Martins Almeida, criou uma lacuna na leitura de seu trabalho. Isso deveu-se à ausência de contextualização desses autores: quem eram, o que faziam, onde

atuavam, e assim por diante. Seria necessário presisar melhor onde estão as falas nativas. E aqui a antropologia tem nos ensinado a reconhecer o papel social de cada um de seus informantes para não tomar o texto dos autores como o dado bruto da sociedade, visto que, por trás dos textos, existem as "máscaras sociais" que devem ser desveladas.

A autora tem o mérito de retomar um tema paradigmático no pensamento social brasileiro. No entanto, estimulada pela leitura deste livro, eu incluiria apenas alguns outros nomes como o de Silvio Romero, Guimarães Rosa e Roger Bastide. A menção a Silvio Romero deve-se ao fato de que, mesmo atribuindo papel de destaque ao meio para a compreensão dos fatores que influenciaram a formação do povo brasileiro, ele minimiza este aspecto por considerar a natureza brasileira como uma unidade de variedades: "É só olhar para o mapa e ver com olhos desprevenidos a distensão imponente e simétrica do colosso brasileiro: a unidade na variedade, ou a variedade na unidade, é aí a primeira dádiva do solo. Dessa primordial circunstância da terra promana conseqüência inapreciável de ordem política" (Romero 1953: 300).

Atribui ao estudo do meio, ou seja, o aspecto geral da natureza, o papel de componente importante para explicar a organização política, social, econômica, a produção estética e literária, enfatizando que as belezas do país oferecem ao observador uma imensa oficina do pitoresco (: 303). Esse autor poderia ser apropriadamente designado pela terminologia de Vidal e Souza como escritor-sociógrafo que buscou pensar o projeto de uma história da literatura brasileira enquanto história da nação pela unidade da natureza e diversidade étnica. Enfim, um autor que pensará o sertão integrado à nação, pensando esta sempre por meio da categoria de unidade na variedade. Ao mencionar aqui Romero, gostaria de enfatizar como o trabalho da autora nos estimula a ver esta vasta produção do pensamento social brasileiro com olhar renovado e instigado à busca de seus novos significados.

BIBLIOGRAFIA

BASTIDE, Roger. 1964. *Brasil, Terra de Contrastes*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

COSGROVE, Denis e S. DANIELS (orgs.). 1992. *The Iconography of Landscape: Essays on the simbolic representation, design and the use of past environments*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

CUNHA, Euclides da. 1995. "À Margem da Geografia". In *Obra Completa* I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

GEERTZ, Clifford. 1978. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

GUIMARÃES ROSA, João. 1976. *Grande Sertão, Veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio.

ROMERO, Silvio. 1953. *História da Literatura Brasileira* I. Rio de Janeiro: José Olympio Editora (Coleção Documentos Brasileiros). 5ª edição.

SCHAMA, Simon. 1995. *Landscape and Memory*. Nova Iorque: Alfred A. Knoff.